

AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO SIGNIFICATIVAS FERRAMENTAS PARA O PROCESSO DE ENSINO DE ALUNOS(AS) COM DÉFICIT DE APRENDIZAGEM

Camile Fernanda Machado dos Santos¹

Nathalie Assunção Minuzii²

Resumo: Estar em sala de aula e exercer a função de segundo professor de educação especial, só faz diferença quando podemos de um ponto de vista incluir não só crianças com deficiências. O desafio está em desenvolver atividades com crianças que precisam de atenção com um *déficit* de aprendizagem. Utilizando o tempo restrito buscou-se trabalhar com recursos para mediar este desenvolvimento através das mídias e aplicativos digitais para auxiliar em sala de aula. Por essa razão, este relato apresentou como objetivo identificar as metodologias e tecnologias digitais que poderiam ser utilizadas com crianças que possuem um déficit de aprendizagem. Como metodologia, utilizou-se a pesquisa-ação onde a pesquisa coletou os dados e os analisou a partir de uma abordagem qualitativa. Como principais resultados houve um trabalho colaborativo com a professora regente e equipe pedagógica para buscar caminhos e encaminhar as famílias destas crianças a procurar o apoio de psicopedagogos, neurologistas e fonoaudiólogos, para que possam concluir um atendimento diferenciado e apto a suas deficiências ampliando suas potencialidades de forma lúdica e eficiente onde a criança aprende achando que estava brincando de jogar e ver vídeos.

PALAVRAS-CHAVE: Déficit de Aprendizagem. Sala de Aula, Tecnologias Digitais.

1 INTRODUÇÃO

¹Graduação em Pedagogia, pós-graduação Psicopedagogia com Ênfase em Educação Especial, camile.machadosdosantos@gmail.com

²Designer, mestra em Educação Profissional e Tecnológica. nathalieminuzi@gmail.com

O docente da Educação especial não tem somente a função de adaptar conteúdos para as crianças PcD³ e que cursam o ensino regular. O trabalho deste profissional vai além desta demanda, uma vez que, ele necessita atender os estudantes com deficiências no processo de ensino e aprendizagem em suas especificidades, mesmo com diagnósticos complexos e diferentes elaborando estratégias e metodologias que estimulem estes estudantes.

Na atualidade as crianças ao serem inseridas no ambiente escolar podem não saber escrever seu nome, mas já desenvolveram habilidades como: jogar em um *tablet* ou manusear um *smartphone*. Encontramos nas escolas uma geração que já nasceu digital, de acordo com Presnky (2001) esses são os “nativos digitais”.

A partir desta realidade apresentada em muitos cenários, é necessário avançar em metodologias que tenham como objetivo propiciar uma aprendizagem significativas como é proposto por Ausubel (2003) considera o que o aluno compreende, sendo de grande convivência para a inclusão o uso adequado das novas ideias.

Para isso, é fundamental ter profissionais comprometidos, que apresentem competências e que compreendam o estudante com deficiência, e que busquem uma formação continuada na era digital, é o grande desafio deste momento. Além disso, reforçam-se as demandas em aplicar estas metodologias com as crianças dentro de uma sala de aula onde é preciso reforçar o processo de inclusão. Carvalho (2008, p. 221) reafirma que “ao iniciar o processo de alfabetização, devem-se buscar os temas socialmente e existencialmente significativos para os(as) alunos(as)”.

No ano de 2019, lecionando em uma escola do município de Santa Catarina, em uma turma de segundo ano fundamental, a partir de diálogos com outra docente percebemos como desafio pensar em estratégias para ajudar crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem. Considerando que já eram realizadas adaptações das atividades para as crianças que necessitavam de auxílio em sala com PcD. Contudo durante a prática é possível perceber a necessidade em dispor tempo em organizar estudos diferenciados. A partir dessa situação apresentada surgiu a ideia de usar recursos tecnológicos, desta forma formou-se a pergunta norteadora para este estudo.

Ao apresentar esta demanda que reflete a vivência da pesquisadora em salas

³ PcD é uma sigla que significa Pessoa com Deficiência. É utilizada para se referir às pessoas que possuem limitações permanentes (pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual).

de aulas da educação básica esta pesquisa questionou-se: Como ensinar crianças com déficit de aprendizagem em sala de aula usando tecnologias digitais?

O objetivo geral deste trabalho foi identificar quais metodologias e tecnologias digitais que poderiam ser utilizadas com crianças que não acompanhavam o nível de escolarização no qual estavam matriculadas.

Os objetivos específicos são:

- realizar um diagnóstico da turma;
- classificar o estágio se encontram da alfabetização;
- Avaliar a integração das tecnologias digitais como forma de promover uma educação inclusiva.

Cinco anos de sala de aula trabalhando como docente da Área de Educação Especial, algumas vezes chamada de segunda professora ou auxiliar, desenvolve um trabalho de ajudar o entendimento do aluno com laudo médico-Neuro dentro do grupo, mas além dos estudantes que possuem o diagnóstico nos deparamos aqueles que estão com dificuldades de aprendizagem, para esses muitas vezes estendi o meu olhar, para ajudar neste processo, assim precisamos ler este aluno cuidadosamente para ver qual contribuição construtiva e significativa conseguirá ajudá-lo no processo de ensino e aprendizagem.

2 TECNOLOGIAS DIGITAIS

Ao estudar as práticas de leitura e escrita de textos é descrito o letramento tradicional. Lankshear e Knobel (2012; 2008) apresentam uma abordagem interessante e reflexiva, como algo novo, o letramento digital que nos conduz como uma parte maior de “novos letramentos” que resulta em transformações envolvendo todas as instâncias em que nossa experiência está envolvida, o meio em que vivemos família, escola e trabalho.

Nessa perspectiva, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) favorece o aperfeiçoamento de habilidades e competências associadas ao exercício analítico e ponderado das tecnologias digitais, como objetos de aprendizagem variados de forma transversal. Desta maneira, as competências relacionadas ao uso das tecnologias,

recursos e linguagens digitais, como destaca a competência geral 5:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2018).

É perceptível que o processo de alfabetização nos dias de hoje mudou, em sua definição, metodologia, recursos e técnicas, além, dos fatores socioeconômicos e políticos que o envolvem.

Requerendo uma conduta diferenciada da instituição de ensino e professores, para a formulação de um ensino de qualidade, embasada em teóricos e novas didáticas, reconhecendo que a sala de aula se transforma a cada dia.

Em um jornal chamado Zero hora, RS (2012) virtual com o título de “Todos pela Educação” relata que a educação brasileira de acordo com avaliações internacionais é uma fusão de falhas desde a estrutura, professores, famílias, governantes, incluindo a má gestão administrativa, financeira e política do Brasil.

Nesta publicação confirma que as questões relacionadas a educação se mantêm no qual evidencia-se o descaso, irresponsabilidade, um retrocesso. Fatores como a falta de investimento em estrutura física, formação continuada, ou a ausência da comunidade onde estão as instituições de ensino na hora de zelar pelo ensino de qualidade.

3 CONSTRUÇÃO DO PROCESSO INCLUSIVO NO ENSINO REGULAR

A Educação Especial, de acordo com a Lei N°17,134, de 8 de Maio de 2017 - Dispõe sobre o Programa Pedagógico, no âmbito da política de Educação Especial, no Estado de Santa Catarina, é uma modalidade de ensino responsável pelo atendimento às Pessoas com Deficiência, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Altas Habilidades/Superdotação e Transtorno do Espectro Autista, na esfera da escola.

Na Constituição brasileira, o artigo 208 e o artigo 54, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) declara que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

No espaço de socialização onde encontra-se a escola, ambiente aberto à diversidade no qual acontece o processo de ensino e aprendizagem, o compartilhamento de ideias e o desenvolvimento das competências e habilidades humanas. É na comunidade educacional que os estudantes podem vivenciar as noções de justiça e igualdade que acontecem quando a pluralidade é reconhecida como um todo neste convívio coletivo.

A Lei nº 9.394 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) tem assegurado o ingresso da criança da Educação Especial à escola comum, a lei determina que as entidades escolares a terem professores com especialização adequada em nível médio e /ou superior, ou ainda capacitados para apoiar os alunos com necessidades especiais adaptar as atividades de acordo com especificidade.

Na Resolução CNE/CEB nº 01, de 14 de março de 2011, que define Diretrizes para atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais:

Art. 4o. Para o oferecimento do atendimento educacional especializado, no Sistema Municipal do Município de Ensino, a educação fundamental poderá organizar-se, desde que preservada a sequência do currículo e observado o Parágrafo Único do artigo 3o. de forma nucleada para os alunos especiais do ciclo de alfabetização aos 4o. e 5o. anos, do 6o. e 7o. anos e para alunos especiais dos 8o. e 9o. anos.

Art. 5o. Para fins de contratação do professor destinado ao atendimento do aluno com necessidade educacional especial, fica exigido laudo médico ou diagnóstico de profissional de saúde especializada, conduta típica e ou altas habilidades. (BRASIL,2011).

No Brasil, as políticas públicas educacionais foram elaboradas usufruindo de documentos internacionais significativo, entre eles, destaca-se “Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”⁴ extraído da Conferência Mundial Sobre Educação para todos, ocorrido em Jomtien, Tailândia, 1990. Reafirmando a relevância deste direito, sendo primordial no âmbito social e econômico do país. A proposta é dar importância de combate e promover

⁴ <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>

assuntos sobre a aprendizagem, a discriminação alcançando as necessidades básicas na educação de todos alunos, mesmo aqueles que não aprendem por apresentar alguma deficiência.

Em 1994, na Espanha a Declaração de Salamanca, reforçou o compromisso de ampliar e dissertar seus objetivos. Essas que já estavam proposta na Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Na Convenção de Guatemala (1999) as pessoas Portadoras de Deficiência são concedidas os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais para o convívio em sociedade. Podemos referir-se a Constituição Federal (1988), Estatuto Criança e do Adolescente (1990) para norteador as políticas públicas garantindo “igualdade de condição para o acesso e permanência na escola”, no âmbito educacional encontramos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que responsabiliza os municípios a universalização do ensino de 0 a 14 anos desde a educação infantil à fundamental.

Historicamente passamos por um processo de educação de modelo Integracionista, onde as diferenças existentes não eram consideradas, o aluno especial está introduzido no ambiente escolar sem levar em conta suas especificidades e CIDs (Código Internacional de Doenças). A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola.

No Plano Nacional de Educação Especial (1994) estabelece por objetivo a promoção do desenvolvimento da potencialidade dos alunos, considerando apoio ao corpo técnico docente para a pesquisa e estudo em relação do ensino aprendizagem de pessoas com necessidades especiais, documento norteador que conceitua que a integração se dará com a adaptação do aluno à escola regular, quando os valores de igualdade, respeito a direitos e deveres forem estabelecidos e cumpridos como um todo “ um processo que visa a promover o desenvolvimento das pessoas portadoras de deficiência, condições atípicas ou de altas habilidades e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino”.

A educação inclusiva segundo Stainback e Stainback (1999) pode ser definida como “a prática da inclusão de todos” – independentemente de seu talento,

deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas. Uma pedagogia equilibrada é o caracteriza o processo de educar-ensinar o princípio de Educação Inclusiva promovendo e tendo consciência da singularidade e diversidade dos alunos em sala de aula do ensino regular.

Apesar do Brasil ter um histórico de luta busca a inserção na Educação inclusiva é perceptivo que o papel tudo aceita, nas instituições educacionais que vivenciei o desconforto de obter a compreensão da teoria e prática, cada município a interpreta da sua forma ou de acordo da política que ali rege, e a ineficácia se mostra nas escolas onde não temos os profissionais como uma rede interligada de educação e saúde para ajudar os alunos o que já tem diagnóstico (laudos) para ter um segundo professor, os que precisam de um diagnóstico, e formação continuada não só para os segundos professore ou auxiliares mas para os docentes de área e regência que não tem o conhecimento de como mediar o ensino aprendizagem a essas crianças.

3.1 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

A LDB e a Resolução CEE/SC Nº 100, de 13 de dezembro de 2016, nos assegura que crianças com laudos Deficiência, Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade, Altas Habilidades/Superdotação e Transtorno do Espectro Autista terem professores com especialização adequada em nível médio e /ou superior, estes docentes recebem no estado de Santa Catarina a nomenclatura de segundo professor, já nos municípios estes profissionais podem ser professor auxiliar, ou professor auxiliar de educação especial.

As atribuições destes profissionais especializados é participar do planejamento pedagógicos junto aos professores regentes e de áreas afim, auxiliando no processo de aprendizagem de todos os alunos, mas não pode ser responsável por ministrar aulas, por falta de outros professores, ou mesmo assumir os alunos da educação especial integralmente.

Uma sala de aula do Ensino fundamental recomenda-se até 25 alunos no 1º ano; do 2º ao 4º ano até 30 alunos e do 5º ao 8º ano até 35 alunos, sendo de até 5

diagnosticados como alunos de educação especial.

A configuração de uma sala de aula nos traz então de 25 a 35 alunos singulares, segundo a Indicação CEE nº 5/2007:

(...) educação escolar consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidades de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas, de autonomia, de equilíbrio pessoal, de inter-relação pessoal e de inserção social. "(...) os conteúdos escolares não podem se limitar aos conceitos e sim devem incluir procedimentos, habilidades, estratégias, valores, normas e atitudes. E tudo deve ser assimilado de tal maneira que possa ser utilizado para resolver problemas nos vários contextos. (CEE nº 5/2007)

Nos ambientes escolares da educação pública encontramos alunos que acompanham o nível que se encontra matriculado, as com deficiência e transtornos com laudos, que precisam de mais tempo para aprender; e os que possuem dificuldade específica em uma área do conhecimento; podendo se subdividir em transtornos de leitura, cálculo, escrita e outros, especialmente pelo fato de que indivíduos com esses transtornos frequentemente apresentam déficits em mais de uma esfera de aprendizagem.

No Parecer CNE/CEB nº 17/2001 e Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 descreve-se que:

O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente aquelas associadas a: dificuldades específicas de aprendizagem como a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, motores, de comportamento; e ainda há fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional. (CNE/CEB nº 17/2001).

Estas crianças que na pesquisa serão referências, para busca de recursos e metodologias para atingir uma metodologia ativa e significativa com auxílio de uma professora auxiliar de educação especial.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo desenvolveu-se através de aspectos técnicos utilizando uma abordagem qualitativa. Para a coleta de dados aplicou-se a observação e intervenção; com objetivo descritivo; com procedimentos técnicos bibliográficos. A pesquisa caracterizou-se como, de campo e em relação aos meios como uma pesquisa-ação onde a

pesquisadora trabalhou durante 10 meses.

A fim de identificar as fragilidades no processo de alfabetização e letramento Os sujeitos desta pesquisa caracterizaram-se por uma totalidades de oito crianças as quais três são estudantes da educação especial com laudos diagnosticados com TEA (Transtorno do Espectro de Autismo), TDAH (Transtorno Déficit de Atenção com Hiperatividade) e DI (Deficiência Intelectual leve I) e cinco estudantes sem laudo e que apresentaram dificuldades de aprendizagem.

Estas oito crianças cursam o segundo ano dos anos iniciais de uma escola municipal em Capivari de Baixo - SC. Os instrumentos utilizados foram, o uso de dispositivos tecnológicos como: *tablets* e *notebook*. Acrescido a isso, utilizou-se também para o desenvolvimento de práticas com vídeos do *youtube*, aplicativo Alicia.

A avaliação das práticas ocorreu de maneira constante e contínua mediante as observações e registros acerca do desenvolvimento, desempenho e participação dos alunos nas atividades propostas durante o decurso dos bimestres, verificando suas habilidades, competências e aquisições de conhecimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo todo começou em busca de identificar habilidades e competências no nível em que a criança está inserida, nesta pesquisa segundo ano do ensino fundamental.

A equipe pedagógica da escola solicita no início do ano letivo, seja feito uma revisão de conteúdo, quase um mês de atividades para conhecer o aluno, nesta turma de segundo ano foi aplicado pelo professor regente conforme a BNCC os eixos oralidade, leitura, escrita, conhecimento linguísticos e gramaticais e educação literária.

Para as crianças da educação especial o critério é mais minucioso porque ela não vai se encontrar no nível de conteúdo onde está matriculado, será avaliado pela autonomia, como se coloca no grande grupo, consegue pegar seus caderno, lápis, escutar o que o professor está falando para realizar a atividade proposta, parece algo tão simples mas para quem tem um transtorno é tão visível e angustiante de ver como não consegue muitas vezes em parar na sentado na cadeira junto

a mesa que precisa realizar suas tarefas.

Assim justifica-se a presença do segundo professor em sala. Normalmente este profissional fica sentado ao lado do aluno que foi designada. Neste relato a pesquisadora deixa a preferência para a criança escolher onde quer sentar-se.

A partir da experiência em sala de aula é notório que ficar sempre nas classes ao meio da sala mais para o fundo a localização correta, porque tem visão de todos os alunos e o aluno especial fica incluído em sala.

Ao planejar as aulas com a professora regente, conversávamos sobre as dificuldades competências e habilidades de cada aluno, assim esses alunos foram ganhando a nossa atenção que haviam passado para o segundo ano, sem concluir os requisitos básicos, não incomum, porque no sistema não aprova a retenção de crianças no primeiro ano dos anos iniciais, reconhecer e ler as sílabas simples, descrever e quantificar os números até cem.

Atividades de alfabetização foram construídas a sala ficou mais colorida, com alfabetos e sílabas e números para que tivessem como lembrar o que já haviam estudado. O mais significativo que todas as crianças tinham acesso a *tablet* e celular, então para reforço e muitas vezes como material de apoio, foi sugerido músicas que explicavam som das letras, aplicativo de desenhar e reconhecer letras e números, até que os pais conseguissem levar aos psicopedagogos e pediatras, um processo que não é concluído em menos de um ano por motivos socioeconômicos das famílias.

Esperar até terminar o bimestre era muito tempo, as crianças não estavam no mesmo nível de aprendizado da sala, após atividades em sala e extra curriculares, organizamos um quadro onde a evolução da escrita passava por três níveis de acordo com Ferreiro (1986) que chamou de pré-silábico, silábico e alfabético.

QUADRO 1 – NÍVEL SILÁBICO

TURMA 202	PRÉ SILÁBICO	SILÁBICO	ALFABÉTICO
24 ALUNOS	8	6	10

Fonte: Adaptado de Ferreiro (1986).

Com essa lista organizada reunimos com a equipe pedagógica para conversar com os pais, outro momento delicado, pois os pais nunca têm tempo para vir

na escola, considerando que muitos trabalham.

A partir deste cenário apresentado a decisão foi de ajudar a professora com esses alunos com o objetivo de recuperar o que eles não tinham conseguido atingir. Para o problema de comunicação com os responsáveis foi criado um grupo de *WhatsApp*. Este grupo apresentou-se como algo positivo, uma vez que, facilitou para conversar com esses pais e saber se aceitavam esta ajuda.

Com a parceria da família e com um diagnóstico médico em andamento, sugerir aos responsáveis formas e aplicativos que todos celulares tinham acesso, então em algumas aulas saímos de sala para mostrar e os que eles se identificavam usávamos como apoio.

Os vídeos do *youtube* da MultiGestos, um recurso multissensorial que era visto na televisão para o apoio de treinar as habilidades de fala, consciência fonológica, leitura e escrita, primeiro escutamos de olhos fechados para escutar o som, depois para ver o gesto que poderíamos usar para lembrar o som, eles mesmos identificaram essa possibilidade de relação, então tentávamos soletrar palavras que eles traziam naqueles momentos, eles diziam a palavra e o amigo soletrava usando os gestos.

Figura 1 - Vídeo MultiGestos



Fonte: Plataforma YouTube . Disponível em: <https://youtu.be/sSJTmf4Kx_Q>. Acesso: 26 de jul. 2020.

O aplicativo utilizado foi encontrado na plataforma da *Play Store*, era gratuito

e chamava-se Alícia⁵, foi usado em sala com auxílio de um *tablet* de um dos alunos e o meu próprio telefone com auxílio de fones, para não atrapalhar os outros colegas.

Como o aplicativo dava a possibilidade de ir passando fases ou com o erro retomava ao início, era passado a vez para outro colega, havia uma parceria de brincadeira como regras, um processo de ensino híbrido usando de aula invertida que cada aluno precisava de atenção para realizar as atividades, com a possibilidade de mediar porque o aluno encontrava-se em fases diferentes, com a grande motivação de usarem os recursos digitais em sala.

No final do bimestre com um boletim descritivo de conceito de acordo com a tabela abaixo:

QUADRO 2 – Legenda notas para avaliação

NA	Não atende-construção restrita da aprendizagem e das habilidades	Até 5,0
AP	Atente parcialmente – atingiu em parte os objetivos/habilidades	5,5 a 6,5
AS	Atende satisfatoriamente – aprendizagem suficiente e com progressão dos objetivos/habilidades	7,0 a 8,0
AE	Atende com excelência – atingiu plenamente os objetivos/habilidades	8,5 a 10,0

Fonte: Adaptado da escola municipal de Capivari de Baixo.

Foi a forma de concluirmos que estas crianças tinham dificuldades no processo de ensino aprendizagem porque não atenderam aos requisitos na fase onde se encontravam, um diagnóstico que veio a confirmar o diagnóstico junto a nossa equipe pedagógica.

De acordo com Piaget (1978) a criança é o sujeito ativo no meio em que vive, assim desenvolve a inteligência, acontecendo pouco a pouco podendo ser acelerado ou arrastado dependendo da interação com o meio onde está inserido.

As crianças com este acolhimento e com a possibilidade de poder usar os recursos digitais e relacionar com as atividades que transcreviam em seus cadernos, e quando traziam de casa novos jogos digitais que exploravam em suas casas e ensinavam ao colega, descobrindo novas palavras, regras e estratégias, tornava significativo.

O letramento está na compreensão das atitudes, das habilidades e conhecimento relevante ao uso da escrita e da leitura nas práticas sociais que precisam e no

⁵ Aplicativo Alicia, hoje não se encontra mais na plataforma da Play Store.

cotidiano das pessoas assim nos fala Magda Soares (2009, p.39):

A competência manifesta-se no desempenho concreto. Ela é requerida para enfrentar os desafios e problemas cotidianos e inusitados da vida, da convivência em sociedade e do trabalho. Assim, para o letramento digital, para desenvolver a capacidade do uso efetivo do computador (também da leitura e da escrita), as situações de aprendizagem devem ser propostas de forma que os desafios desse uso surjam no ambiente de aprendizagem de forma muito semelhante de como aparecem ou podem aparecer no cotidiano, na vivência social e no trabalho. (MAGDA SOARES, 2009, p. 39).

Proporcionar um ambiente de acolhimento, onde poderá alcançar e desenvolver a concentração, a colaboração o raciocínio, todo um movimento afetivo, psicomotor e cognitivo de forma lúdica enriquecendo e explorando a criatividade e a espontaneidade, interagindo com a apropriação dos recursos de ensino aprendizagem da alfabetização e letramento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos docentes para trabalhar com as pessoas com déficit de aprendizagem é um dos desafios a serem enfrentados. Em nossa busca uma disciplina na formação inicial sobre a Educação especial e inclusiva não é suficiente para lidar com a diversidade de questões do dia a dia. A integração entre universidades e escolas é um bom caminho para construir práticas e saberes pedagógicas que valorizem a diferença e contribuam para a formação continuada dos professores.

Por não ter uma formação específica encontra-se no profissional a mudar esta situação, buscar de todas as maneiras de ser significativa este processo. O professor auxiliar da educação especial reconhece as dificuldades das crianças, porque ela está no meio delas envolvidas, uma relação de afetividade, por estar com uma criança ou mais e dar atenção e ajudar em suas dificuldades.

Dificuldades de aprendizagem uma realidade em sala de aula, que muitas vezes passa percebida de forma negativa com crianças que são inquietas, desobedientes, hiperativas, mal educadas, disfarçam suas dificuldades com ações indesejadas. Buscar ajudar esses alunos aprenderem de forma significativa usando um recurso comum de uso em casa e escola, tecnologias digitais.

A conversa de encontrar o problema que a criança passa por não aprender da

mesma forma que as outras, e seus pais cobrarem sem entender ou ter uma assistência, transforma todo esse processo aos seus pais frustrantes, porque não entendem, acham que a escola tem responsabilidade e age com descaso.

A aproximação com os pais entender como é a criança, foi com grande alívio encontrar uma parceria, por pedir que trouxessem *tablet* ou que usassem o aplicativo ou olhassem com outros olhos seus filhos, que apesar de falantes e criativos não aprendiam convencionalmente.

Positivamente ver as crianças todos os dias desenvolvendo suas habilidades e potencialidade, sentindo-se incluído e aprendendo uma com a outra. Aprender achando que está brincando, imitando gestos e sons ou jogar em um aplicativo. As crianças a partir do segundo bimestre recuperaram as notas, as mães junto a escola, procuraram apoio de psicopedagogo e fonoaudiólogo.

Na amostra da família onde todos os trabalhos e apresentações, ver as crianças em companhia dos pais mostrando seus trabalhos, lendo, ensinando os irmãos e os pais como jogar o aplicativo, brincar de soletrar usando. Os pais agradecendo a nossa dedicação e impressionados com a autoestima e o progresso dos filhos.

REFERÊNCIAS

ABDA. **Associação Brasileira do Déficit de atenção**. Disponível em: <<http://tdah.org.br.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2019.

AUSUBEL, D. P. (2003). **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Lei 8.069/90 **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Brasília, 1990. Disponível em: L8069. Acesso em: 26 mar 2020.

_____. Lei 17.134, de 8 de maio 2017. Dispõe sobre o Programa Pedagógico, no âmbito da Política de Educação Especial, no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17134_2017_Lei.html>. Acesso em: 10 set, 2019.

_____. MEC, **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>. Acesso em : 10 set.2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESC, 2018.

Parecer CNE/CEB nº 5/2007, aprovado em 1º de fevereiro de 2007 - Consulta com base nas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, que tratam do Ensino Fundamental de nove anos e da matrícula obrigatória de crianças de seis anos no Ensino Fundamental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb005_07.pdf>. Acesso em: 26 de mar, 2019.

Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Ministério da Educação. Brasília. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____, Resolução CNE/CEB nº 01, de 14 de março de 2011. **Conselho Municipal de Ensino**, Santa Catarina, 2011. Ministério da Educação. Acesso em: 26 mar 2020.

_____, Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2011. Ministério da Educação, Brasília. Disponível: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 26 mar 2019.

_____RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 100, de 13 de dezembro de 2016. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-basica/outras-modalidades-de-ensino/educacao-basica/educacao-basica-ensino-especial-resolucoes/1606-resolucao-2016-100-cee-sc>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CARVALHO, Marcos et al. **Desenvolvimento de Software Para Alfabetização de Adultos Baseado em Princípios Freirianos**. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE). 2008. p. 219-228.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. “**Nuevas Alfabetizaciones: tecnologías y valores**”. Teknokultura, Madri, v. 9, n. 2, p. 307-336, 2012. Disponível em: Acesso em: 5 maio 2019.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele (Ed.). **Digital Literacies: Concepts, Policies and Practices**. Nova York: Peter Lang, 2008.

PIAGET, Jean. **Problemas de Epistemologia Genética**. (Tradução de Célia E. A. Di Piero). In: Piaget/Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PRENSKY, M. **Digital Native, digital immigrants**. Digital Native immigrants. On the horizon, MCB University Press, Vol. 9, N.5, October, 2001. Disponível em: Acesso em: 07 de setembro de 2019.

SOARES, Magda. **Letramento Um tema de três gêneros**. 3a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

STAINBACK, S.; STAINBACK. W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Lançamento da Carta-compromisso**: “Pela Garantia do Direito à Educação de Qualidade”. Portal Todos Pela Educação, 25 ago. 2010. In: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-deimprensa/releas-es/10990/lancamento-da-carta-compromisso-entidades-se-unem-paracobrar-com-promisso-dos-futuros-governantes-e-parlamentares-com-a-educacao-dequalidade-para-todos-os-brasileiros>. Acesso em: 10 set.2019.